

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

Ata 3ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em 31/03/2005

Aos 31 dias do mês de março de 2005, nas dependências da sede do CIESP, em Jundiá – SP, realizou-se a 3ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), registrando-se a participação de 270 pessoas, entre representantes dos Municípios, da Sociedade Civil, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e do Governo Federal, conforme lista de presença anexa, e público em geral, registrado em livro próprio. **1. Composição da mesa dirigente:** Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Cláudio Antônio de Mauro – ex-prefeito de Rio Claro e ex-presidente dos Comitês PCJ mandatos de 1999 a 2005; Eduardo Lovo Paschoalotti – representante da BRACELPA e presidente em exercício dos Comitês PCJ; Luiz Roberto Moretti – Diretor da Diretoria da Bacia do Médio Tietê do DAEE e Secretário-executivo dos Comitês PCJ; Ary Fossem, Prefeito do Município de Jundiá; José Machado, Presidente da Agência Nacional de Águas – ANA; Rui Brasil Assis, representante da Secretaria de Estado de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento. **2. Abertura:** Dando início à reunião, o sr. Eduardo Paschoalotti, Presidente em exercício dos Comitês PCJ, cumprimentou e agradeceu a presença de todos e agradeceu ao Prefeito anfitrião de Jundiá, Ary Fossem e ao presidente do CIESP de Jundiá que cedeu as instalações. Em seguida passou a palavra para o Diretor Regional do CIESP de Jundiá, sr. Vandemir Franciscone Júnior, que cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Elogiou importantíssimos trabalhos desenvolvidos pelos Comitês PCJ, como a questão da renovação da outorga do Sistema Cantareira, a Agência de Bacias, entre outros, e que a sociedade civil organizada, assim como as prefeituras devem participar e trabalhar em conjunto. Colocou à disposição o pessoal dos Centros das Indústrias aqui reunidos, para dar todo apoio necessário e possível para que os trabalhos se desenvolvam rápida e claramente. Por último, fez um agradecimento à Caixa Econômica Federal, em nome do superintendente de Jundiá, sr. Carlos Alberto Pinto da Silva, presente, pelo oferecimento do café da manhã, nesta reunião. Em seguida, o sr. Eduardo Paschoalotti convidou a todos para ouvirem e cantarem o Hino Nacional Brasileiro. Após, foi passada a palavra aos membros da mesa, para suas considerações. **3. Manifestações:** **3.1. Prefeito de Jundiá:** O sr. Ary Fossem, Prefeito de Jundiá, município anfitrião, cumprimentou a todos, mencionando sua satisfação em acolher todos os presentes, e ao sr. Vandemir Franciscone, Diretor Regional do CIESP de Jundiá, que acolheu a reunião, e desejou a todos uma boa reunião. **3.2. Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal:** Com a palavra o sr. Carlos Alberto Pinto da Silva, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, cumprimentou e parabenizou a todos e mencionou sua satisfação em estar

representando a Caixa Econômica Federal que tanto tem ligação com o tema a ser discutido hoje, que é a água. Conclamou os municípios aqui representados para que se preparem com projetos que possam estar contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população, porque, através do governo federal, no ano passado e retrasado, foram aplicados mais de 20 vezes o valor aplicado nos últimos 10 anos. Mencionou que, para o ano de 2005, a verba é ainda maior que a dos 2 últimos anos. Colocou-se à disposição e desejou um bom dia a todos. **3.3. Rui Brasil Assis:** Com a palavra o sr. Rui Brasil Assis, representando o Secretário de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento, sr. Mauro Arce, cumprimentou a todos e desejou sucesso nesta reunião, tendo em vista a pauta bastante longa. Desejou que este Comitê continue firme nos propósitos do gerenciamento dos recursos hídricos, sendo sempre uma referência para o Estado de São Paulo e para o nosso país. Informou que está sendo desenvolvido o 5º Plano Estadual de Recursos Hídricos, com uma discussão descentralizada para o Estado de São Paulo, no sentido de definir indicadores para acompanhar a situação dos recursos hídricos do estado. Outro informe foi de que, neste Plano, embora não tenha ocorrido, ainda, a aprovação do Projeto de Lei da cobrança pelo uso da água, deve estar contida uma proposta de sua regulamentação, esperando, em breve, a sua aprovação. Informou que no dia 5 de abril será realizada uma reunião com a Câmara Técnica de Planejamento do CRH, para a qual estão convidados todos os secretários-executivos dos comitê de bacias, para discutir as metas gerais para o Estado, metas estratégicas, metas específicas por bacia hidrográfica e os indicadores que serão uma nova referência para o Estado de São Paulo. **3.4. José Roberto Fumach – Presidente do Consórcio PCJ:** Com a palavra, o sr. José Roberto Fumach, Presidente do Consórcio PCJ, cumprimentou a todos e mencionou que o Consórcio PCJ participa ativamente das discussões dos problemas dessas bacias, como grande instrumento fomentador de políticas públicas, na região, e em todo Brasil. Ressaltou, ao próximo Presidente dos Comitês PCJ, que pode continuar contando com o Consórcio, como parceiro que sempre foi, nas discussões e implementações das políticas de recursos hídricos dessa região. **3.5. José Machado:** Com a palavra, o sr. José Machado, Presidente da Agência Nacional de Águas, cumprimentou a todos e mencionou que sente-se em casa neste comitê em função de ter participado longamente da sua construção. Mencionou que a ANA considera que a experiência do Piracicaba, Capivari e Jundiá é a experiência mais exitosa na questão da gestão das águas no país, sendo considerado referência nacional. Mencionou que o desafio deste ano é o de implementar, nestas bacias hidrográficas, a cobrança pelo uso da água, e que é muito importante que a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo aprove a cobrança pelo uso da água, a fim de uniformizar a cobrança no Estado de São Paulo. **4. Informes:** **4.1 Secretaria Executiva:** O sr.

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

Ata 3ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em 31/03/2005

Luiz Roberto Moretti informou que o quorum para início da reunião dos Comitês PCJ está plenamente estabelecido com a presença de 47 dos 51 membros com direito a voto do Comitê Estadual (CBH-PCJ) e 36 dos 50 membros com direito a voto do PCJ FEDERAL. Mencionou que na página 3 do material distribuído há uma nova pauta com a inversão dos itens 3.4 e 3.6, onde será apreciada, primeiramente, a indicação de órgãos/entidades indicadas pelo segmento Estado, do Plenário do CBH-PCJ, para comporem o Plenário do Comitê PCJ FEDERAL e que, depois, será dada posse aos membros eleitos da sociedade civil e membros indicados pelos órgãos federais e do estado. Foi solicitada a inclusão do item 3.5., que trata da inclusão do município de Socorro no Plenário dos Comitês PCJ. Colocada em votação a inversão e a inclusão de itens de pauta, a mesma foi aprovada por unanimidade. Em seguida comentou sobre o andamento dos trabalhos do GT-Cobrança e do GT-Agência. O sr. Moretti informou que o grupo da cobrança vem se reunindo, assim como o da agência, com grande frequência e os trabalhos estão bastante avançados. Mencionou que foi elaborada uma proposta de fórmula de cobrança, que será submetida aos plenários, a fim de estabelecer os valores que serão cobrados, o quanto cada um vai pagar, etc. A próxima reunião do GT-Cobrança será dia 6 de abril, onde serão iniciadas as simulações dos valores para cada parâmetro. Informou que foram propostos os parâmetros que serão cobrados: captação de água, o quanto se retira de água do rio; consumo de água, que é a diferença entre o que é captado e o que é lançado; e carga orgânica lançada, medida na forma de DBO - Demanda Bioquímica de Oxigênio. Quanto ao GT-Agência, informou que os trabalhos também estão avançados e que já foram analisados diversos trabalhos, entre eles a questão das agências delegatárias, que podem receber os recursos da cobrança no âmbito da legislação federal. Também informou que estão sendo analisadas outras possíveis figuras jurídicas e outros arranjos institucionais, que sejam um reflexo da região, para tratar da gestão dos recursos hídricos e da cobrança, tendo em vista que a Agência de Bacias deve ser a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, assim que ela for instalada. Deixou claro que os dois assuntos – Cobrança e Agência - deverão ser implantados conjuntamente, pois, implantar cobrança sem agência não está na programação dos Comitês PCJ e implantar agência sem cobrança também não. Com relação às Câmaras Técnicas, esclareceu que elas foram todas reformuladas em maio de 2003, inclusive a forma de composição, para servirem aos dois comitês. Mencionou que a participação nelas é livre, basta que a entidade que tenha interesse formalize o pedido por meio de um documento do seu representante oficial, com a indicação dos seus representantes. Informou que o processo de inclusão de membros nas câmaras técnicas será iniciado em abril e serão enviados comunicados a todas as entidades pedindo para, aqueles que estiverem interessados em participar, que façam o seu pedido de inscrição e indicação dos seus representantes, nas câmaras de seu interesse. Esclareceu que em maio serão feitas as eleições dos coordenadores de cada uma das câmaras técnicas, bem como a programação dos trabalhos para o mandato de 2 anos e mencionou que, apenas uma câmara técnica tem uma posição diferenciada, que é a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), tanto que no item da pauta eleições, quando for tratado desse assunto, os segmentos se reunirão e, além das indicações de presidente, vice-presidente e secretário executivo, também farão a indicação dos membros que irão compor a CT-PL. Explicou sua composição e funcionamento e esclareceu que a CT-PL é uma instância na qual todo trabalho das demais câmaras técnicas e pedidos que entram para apreciação dos Plenários dos Comitês PCJ, passam antes pela CT-PL. Mencionou que, por conta desse papel que a CT-PL desenvolve, os seus membros terão que ser, obrigatoriamente, os mesmos membros do Plenário, ou seja, mesma entidade e respectivo membro. **4.2. da Presidência em exercício:** O sr. Eduardo Paschoalotti, presidente em exercício dos Comitês PCJ, reforçou a informação sobre os trabalhos de elaboração do Plano de Bacias PCJ, onde estão previstas consultas públicas e solicita que as mesmas sejam divulgadas em cada um dos municípios representados nos Comitês PCJ. Mencionou a importância da participação de todos nessas consultas, fornecendo subsídios para o Plano de Bacias. Informou que além dos cartazes, entregues na recepção, todos receberão folders de divulgação dos eventos, pelo correio. **5. Assuntos a Deliberar: 5.1. Leitura e Aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária Conjunta dos Comitês PCJ:** O presidente em exercício dos Comitês PCJ, sr. Eduardo Paschoalotti, passou a tratar do item da pauta referente à leitura e aprovação da Ata da 2ª Reunião Extraordinária Conjunta dos Comitês PCJ, realizada em Atibaia, no dia 05/11/2005. Dispensou-se a leitura da ata por ter sido encaminhada anteriormente. Sem considerações, foi colocada em votação a minuta da Ata apresentada, sendo aprovada por unanimidade, na forma apresentada. **5.2. Apreciação e aprovação das recomendações do Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2002/2003 para constar no Plano de Bacias 2004/2007 - Minuta de Deliberação CBH-PCJ nº 150/2005:** O sr. Moretti informou que a elaboração do Relatório de Situação, anualmente, é algo previsto na legislação paulista de recursos hídricos, e os Comitês optaram por fazê-los, não só considerando o território de São Paulo, mas também o território de Minas Gerais, incluindo as questões relacionadas com os 2 Comitês. Em seguida passou a palavra para o sr. Sérgio Razera, representante do Consórcio PCJ, que foi o coordenador do Grupo de Acompanhamento dos trabalhos do Relatório de Situação 2002-2003. Com a palavra o sr. Sérgio Razera fez um histórico dos trabalhos desenvolvidos no Relatório de Situação, ressaltando que foram verificadas se as ações previstas

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

Ata 3ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em 31/03/2005

no Plano de Bacias 2000/2003 foram implantadas e se as metas estabelecidas foram atingidas. Informou que o trabalho foi financiado pelo FEHIDRO, cujo tomador dos recursos foi o Consórcio PCJ e a empresa executora a Irrigart, contratada pelo Consórcio. Informou que para acompanhar todo esse trabalho de coleta de dados, foi constituído um Grupo de Acompanhamento composto por representantes do DAEE, CETESB, DEPRN, SABESP, IGAM, CIESP de Limeira, Sindicato Rural de Rio Claro, Associação dos Engenheiros de Limeira, Consórcio PCJ, Secretaria do Meio Ambiente e da SORIDEMA e destacou que todas as Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ participaram ativamente dos trabalhos. Agradeceu a todos que participaram e solicitou a continuidade da prática constante de registro e armazenamento dos dados, para que, no momento oportuno, a empresa que for fazer a coleta desses dados, para um futuro Relatório de Situação, os mesmos estejam disponíveis com mais facilidade. Em seguida passou a palavra para o geólogo Antonio Saad, que foi o coordenador técnico, pela empresa Irrigart, que informou que foi um desafio a elaboração do Relatório de Situação 2002/2003, bem como elogiou o trabalho do Grupo de Acompanhamento que foi muito eficiente. Explicou a metodologia de trabalho e que alguns temas foram bastante discutidos, como a evolução do crescimento populacional; concentração urbana da área metropolitana de Campinas; a questão dos loteamentos urbanos e loteamentos rurais, dos quais não se tinham dados. Expôs que foi feita uma estimativa e, dentro dos limites possíveis, projetou-se o crescimento populacional juntamente com o crescimento do número de lotes, de condomínios e de loteamentos em processo de licenciamento, e constatou-se a existência de 50.000 terrenos a mais do que a população prevista dentro da própria bacia. Concluiu que esse é um ponto importante destacado dentro do Relatório de Situação. Fez considerações sobre a qualidade da água, sobre os novos padrões da CETESB; o índice de qualidade de água bruta; uso industrial da água, dentre outros. Mencionou que foi elaborado um banco de dados com mais de 68 temas disponíveis em mapas, todos eles georeferenciados. Informou que existe o Relatório Síntese, que é um resumo do trabalho, que todos receberam de forma impressa, na recepção, e o CD onde consta o trabalho completo incluindo o referido banco de dados. Sem considerações sobre a minuta de Deliberação CBH-PCJ nº 150/2005, a mesma foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. **5.3. Hierarquização e indicação de empreendimentos para a obtenção de recursos do FEHIDRO, exercício de 2005 e utilização de saldo – Minuta de Deliberação CBH-PCJ nº 151/2005 e Anexo I:** O sr. Moretti fez a leitura e explicação de cada um dos considerandos apresentados na minuta de deliberação em questão. Mencionou que nesse ano foi disponibilizado um montante de recursos, orçamento de 2005, do FEHIDRO, da ordem de R\$ 5 milhões. Mencionou que foi aberto o período de inscrição,

quando foram inscritos 40 projetos, que foram pré-analisados e devolvidos aos candidatos a tomadores para complementações necessárias. Depois, houve outro período de inscrição definitiva dos projetos, onde dos 40 pré-inscritos, apenas 30 foram reapresentados com as complementações solicitadas. Mencionou que esses 30 empreendimentos foram analisados tanto pela CT-PL como pelo Grupo Técnico de Análise do FEHIDRO. Esclareceu que todos os empreendimentos foram pontuados de acordo com as regras estabelecidas e hierarquizados, sobrando saldo de recursos para aplicação. Mencionou que a CT-PL propôs 2 formas de aplicação desse saldo: na primeira, considerando que há 4 projetos que foram indeferidos, pela ausência de algumas certidões ou licenças ambientais no ato da inscrição e que, durante a reunião da CT-PL, as mesmas foram apresentadas; a CT-PL optou por fazer uma proposta ao Plenário, tendo em vista que todos os outros documentos estavam em ordem e que as licenças haviam sido apresentadas, para que os candidatos a Tomador possam protocolar as certidões que faltam para serem, posteriormente, indicados ao FEHIDRO. Mesmo assim, ainda sobraria um saldo de recursos. A outra proposta da CT-PL, ao Plenário, é que se abra, também, um período de inscrição de pedidos para a elaboração de projetos para recuperação da qualidade dos mananciais, no que diz respeito ao tratamento de esgotos (ETEs, emissários, elevatórias, etc.), constantes do Programa do Plano de Bacias relativo ao Sistema de Tratamento e Disposição de Esgotos; sendo que os recursos disponíveis seriam da ordem de R\$ 300 mil. Mencionou que as 2 propostas apresentadas constam da Deliberação CBH-PCJ nº 151/2005 e Anexo I. Informou que consta no quadro de “Empreendimentos de Caráter Regional”, no Quadro 1 do Anexo I, o empreendimento “Relatório de Situação 2004-2005” que já foi aprovado na Deliberação CBH-PCJ nº 149/2004, com reserva de recursos no valor de R\$ 140 mil. Esclareceu que ele deverá ser retirado do Quadro I, e descontado do montante de recursos. Mencionou que deverá ser feita uma correção, onde consta os itens “a”, “b”, “c”, “d” e “e” que tratam dos valores de recursos financeiros do FEHIDRO, seria renomeado o item “e” para item “f”, e acrescentado um novo item “e” com a seguinte redação: “Priorização do Relatório de Situação 2004-2005, por meio da Deliberação CBH-PCJ nº 149/2004”, e na coluna de valores deverá constar “R\$ 140.000,00”. Esclareceu que depois de priorizado pela CT-PL, a indicação ao FEHIDRO será feita pelo presidente. Mencionou que a proposta é que nos artigos 1º, 2º e 3º, onde está escrito “Ficam indicados”, seja alterado para “Ficam priorizados” e incluído um artigo 7º mencionando que “os empreendimentos priorizados nos quadros de 1 a 5 desta deliberação serão indicados ao FEHIDRO pelo presidente do CBH-PCJ”. Informou que no item que trata dos projetos de tratamento de esgotos, no artigo 1º, já está prevista essa forma de indicação. Informou que a Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) solicitou à CT-

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

Ata 3ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em 31/03/2005

- 355 PL que reconsidere o empreendimento da Prefeitura Municipal de Piracaia para “Canalização do Rio Cachoeira”, em caráter excepcional, como empreendimento de caráter regional e prioritário, indeferido no processo de pré-qualificação por não constar dos subprogramas prioritizados na Deliberação CBH-PCJ nº 148/2004, para indicação do mesmo visando recebimento de recursos do FEHIDRO no valor de R\$ 400 mil, com R\$ 100 mil de contrapartida. O sr. Rui Brasil comunicou uma exigência do COFEHIDRO para que as indicações sejam feitas por meio de deliberação. O sr. Moretti mencionou que então a proposta é de que ao invés de serem indicados pelo presidente, via ofício, que sejam indicados por meio de deliberação “ad referendum” do Plenário. Sem considerações, foi colocada em votação a minuta de Deliberação CBH-PCJ nº 151/2005 e seu anexo I, com as alterações propostas, sendo a mesma aprovada por unanimidade. **5.4 Indicação de órgãos/entidades do segmento Estado, do Plenário do CBH-PCJ, para comporem o Plenário do Comitê PCJ FEDERAL - Minuta de Deliberação CBH-PCJ nº 152/2005:** O sr. Moretti informou que esse assunto é o cumprimento de um dispositivo do Comitê PCJ FEDERAL em relação à participação dos órgãos do Estado de São Paulo, do Comitê Estadual. Informou que no estatuto do CBH-PCJ consta que o segmento estado indicará os seus representantes para comporem o Comitê Federal e que, no Regimento Interno do PCJ FEDERAL consta que os membros do comitê estadual seriam os aprovados pelo respectivo Plenário. Assim, essa deliberação é para que se cumpra o disposto nesses regulamentos. Informou que os órgãos do Estado se reuniram no dia 28 de março, quando houve consenso sobre a indicação dos órgãos do governo do Estado de São Paulo que farão parte do Plenário do comitê federal, conforme segue: a) Secretaria da Agricultura e Abastecimento, b) Secretaria do Meio Ambiente, c) Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento e d) Secretaria da Saúde. Lembrou que os mesmos participarão do Plenário do Comitê Estadual e obrigatoriamente do Plenário do Comitê Federal. Sem manifestações do Plenário, foi colocada em votação a minuta de Deliberação CBH-PCJ nº 152/2005, sendo a mesma aprovada por unanimidade, na forma apresentada. **5.5. Inclusão do Município e Socorro no Plenário do CBH-PCJ - Minuta de Deliberação CBH-PCJ nº 153/2005:** O sr. Paschoalotti explicou que a Deliberação CBH-PCJ nº 153/ 2005, trata da solicitação formal do sr. Prefeito Municipal de Socorro, de inclusão daquele município nos Plenários dos Comitês PCJ. Mencionou que o município de Socorro possui parte da sua área dentro das bacias PCJ e que o mesmo tem todo o direito de participar destes Comitês. Informou que nesta reunião já há um representante de Socorro participando. Socorro será o 64º município a compor os Comitês PCJ. Sem considerações do Plenário, foi colocada em votação a minuta de Deliberação CBH-PCJ nº 153/2005, sendo aprovada por unanimidade, na forma apresentada. **5.6. Posse dos membros eleitos da Sociedade Civil (usuários de recursos hídricos e organizações civis) e dos membros indicados pelos órgãos públicos federais e estaduais (SP e MG), nos Comitês PCJ – Mandato 2005/2007 - Minuta de Deliberação Conjunta nº 020/2005:** O sr. Moretti informou que a Minuta de Deliberação Conjunta nº 020/2005 traz a relação das entidades membros. Informou que essa composição apresentada, no caso dos órgãos da União, foi uma composição que veio acordada quando na instalação do Comitê Federal. Esclareceu que no inciso II constam os órgãos do governo do Estado de São Paulo, no inciso III aqueles que vão fazer parte do PCJ FEDERAL, e no inciso IV, os órgãos do governo do Estado de Minas Gerais, que foi a composição acordada quando da instalação do Comitê Federal, também em 2003. Nos demais termos da deliberação estão todas as entidades da Sociedade Civil que foram eleitas na Assembléia Geral realizada no dia 2 de março, na Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba. As entidades representam os diversos segmentos dos Comitês PCJ e o mandato de todos os membros é de 2 anos, iniciando-se nesta data, até a data da próxima posse, que terá que ser realizada até 31 de março de 2007. Sem manifestações foi aprovada a deliberação apresentada, sendo dada posse a todos os membros constantes da relação da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 020/2005. **5.7. Eleições para as Diretorias dos Comitês PCJ 2005/2007 e indicações de representantes para comporem a CT-PL, o CRH, o CONESAN e o Fórum Paulista de Comitês de Bacias - Minuta de Deliberação Conjunta nº 021/2005:** O sr. Moretti explicou com detalhes o processo de eleição que será iniciado, para que não houvesse qualquer mal entendimento. Mencionou que deverá ser eleita a nova diretoria dos Comitês PCJ e que tem duas questões a serem colocadas, que não constam da deliberação, mas precisam ter manifestação dos Plenários. Mencionou que a primeira trata do entendimento que há sobre a manutenção da unidade e da força desses Comitês e que a outra é uma questão prevista no estatuto do Comitê Estadual paulista e que deve ser feita por deliberação de Plenário. Informou que o processo eleitoral é conjunto, aplicando a mesma metodologia nos comitês federal e paulista. Esclareceu que a primeira deliberação que os dois plenários precisam tomar é a seguinte: em 2003, quando dos trabalhos de implantação do PCJ FEDERAL, houve o entendimento, e aprovação unânime, de que os cargos de presidente, vice-presidente do estadual e 1º vice-presidente do federal, e secretário-executivo, fossem ocupados pelas mesmas pessoas, de forma a ter-se uma única diretoria para os dois comitês, garantindo-se a união e o trabalho conjunto dos mesmos, que possuem composições distintas, com apenas um núcleo comum de 29 membros. Sem manifestações, foi colocada em votação que os dois Comitês PCJ (PCJ FEDERAL e CBH-PCJ) mantenham uma única diretoria, ou seja, os cargos de

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

Ata 3ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em 31/03/2005

presidente, vice-presidente do estadual e 1º vice-presidente do federal e secretário-executivo sejam ocupados pelas mesmas pessoas. A proposta foi aprovada por unanimidade. O sr. Moretti informou que a 2ª decisão é sobre qual segmento vai ocupar cada cargo. Este assunto, também, vem tendo acordo de que o 2º vice-presidente do comitê federal seja indicado por um representante do Estado de Minas Gerais ou das prefeituras de Minas Gerais e o 3º vice-presidente do comitê federal seja indicado pelos representantes da União. Mencionou que, no caso do presidente, vice e secretário-executivo, também deverá ser decidido que o segmento vai ocupar cada cargo. Esclareceu que historicamente, desde o início da implantação do comitê estadual, em 1993, os prefeitos indicam o presidente do comitê; a sociedade civil indica o vice-presidente e os órgãos do governo do estado de São Paulo indicam o secretário-executivo. Foi aberto para apresentação de propostas. O Presidente em exercício propôs pela manutenção do acordo. Sem outras manifestações, a proposta foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida o sr. Moretti fez os esclarecimentos sobre o processo eleitoral. Informou que cada segmento estará reunido numa sala e que, além da indicação dos membros da diretoria, cada segmento terá que indicar os seus representantes na CT-PL e no Fórum Paulista de Comitês de Bacias, que congrega as representações de todos os comitês do Estado de São Paulo, sendo um titular e um suplente. O sr. Moretti mencionou que na reunião do segmento Estado, foi elaborada uma proposta, que será adotada por aquele segmento, qual seja: que os representantes titulares fossem os 3 membros da diretoria e que os suplentes pudessem ser outros representantes indicados. Lembrou, ainda, que os prefeitos têm mais uma tarefa, que é escolher, dos 64 prefeitos, os 17 que terão direito a voto no plenário do Comitê estadual e, desses 17, os 8 que farão parte, também, do comitê federal. Lembrou que, para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos e para o Conselho Estadual de Saneamento, há necessidade de preenchimento de cédulas de votação. Foi estabelecido que a reunião plenária seria suspensa, por um prazo de 30 minutos, para que ocorressem as reuniões de cada segmento e, após, haveria o retorno para deliberação dos Plenários, para fechamento da Deliberação. Após o período estipulado, o sr. Eduardo Paschoalotti constituiu novamente a Assembléia para retomada do assunto das eleições. Em seguida passou a palavra para o sr. Rui Brasil para que apresentasse o resultado da reunião setorial dos membros dos estados e da União, indicando aqueles que farão parte da próxima gestão dos Comitês PCJ no período 2005-2007. Com a palavra o sr. Rui Brasil Assis anunciou o representante do estado de São Paulo que fará parte da diretoria, na função de secretário-executivo, propondo a recondução da Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento para a Secretaria Executiva, com o sr. Luiz Roberto Moretti. Informou que para a CT-PL o segmento propôs: a) Secretaria de Energia, Recursos

Hídricos e Saneamento; b) Secretaria do Meio Ambiente; c) Secretaria da Agricultura e Abastecimento e, d) Secretaria da Saúde, como representantes do Estado de São Paulo. Pelo governo de Minas Gerais, a sra. Marília Melo, do IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas, informou que também propõe a recondução da representação anterior no plenário. Para a 1ª vaga, Secretaria de Meio Ambiente como titular e para suplente o Instituto Estadual de Florestas; na segunda representação, Instituto Mineiro de Gestão das Águas e a suplência com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA e, a terceira vaga, fica para a Fundação de Meio Ambiente – FEAM e suplência para a Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária e Abastecimento. Informou que na CT-PL fica a mesma representação anterior com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas, como titular e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais, como suplente. Em seguida o sr. Marley Caetano, do Ministério do Meio Ambiente, mencionou que, como representante da União, solicitou um prazo de 15 a 20 dias para as indicações da União, tendo em vista que os demais representantes não compareceram à reunião. Na sequência o sr. Rui Brasil Assis, concluiu a indicação do segmento Estado indicando para o Fórum Paulista de Comitês, como titular o próprio secretário-executivo e como suplente o representante da CETESB. Em seguida o sr. Eduardo Paschoalotti, informou as indicações feitas pela sociedade civil. Para a CT-PL foram indicadas as seguintes entidades do setor usuários de recursos hídricos: a) titular: SABESP e suplente: ABCON; b) titular: ASSEMAE e suplente: ASSEMAE; c) titular: ÚNICA - União das Indústrias Canavieiras do Estado de São Paulo e suplente: FIESP; d) titular: CIESP de Jundiá e suplente: CIESP de Piracicaba; e) titular: Sindicato Rural de Piracicaba e Suplente: GRUDE - Grupo de Defesa do Rio Piracicaba; f) titular: Sindicato Rural de Campinas e suplente: Sindicato Rural de Jundiá. Informou que, do setor entidades civis, a representação ficou: a) AEAL – Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Limeira, como titular e como suplente a Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba; b) UNICAMP - titular e como suplente a ESALQ; c) Consórcio PCJ – titular e Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Artur Nogueira como suplente; d) Preservação de Limeira - titular e como suplente o INEVAT; e) SORIDEMA, titular e como suplente o Fórum da Entidades Civis de Piracicaba; f) Associação do Meio Ambiente de Extrema, titular e como suplente Piracicaba 2010. O sr. Eduardo Paschoalotti informou que foi o indicado para compor a mesa diretora dos Comitês PCJ, para o cargo da vice-presidente do CBH-PCJ e 1º vice-presidente do PCJ FEDERAL e como titular para o Fórum Paulista de Comitês, tendo como suplente a SORIDEMA. O sr. Moretti informou as indicações do segmento dos municípios, representados por 57 dos 64 municípios das Bacias PCJ, destacando que o prefeito indicado para presidente dos Comitês PCJ é o prefeito José Roberto

Comitês PCJ

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

(Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 e Lei Federal nº 9.433/97)

Ata 3ª Reunião Ordinária Conjunta dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (CBH-PCJ e PCJ FEDERAL), realizada em 31/03/2005

Tricoli, de Atibaia. Informou os municípios escolhidos para terem direito a voto no CBH-PCJ: a) Campinas - titular e Itatiba - suplente; b) Joanópolis - titular e Jarinu - suplente; c) Limeira - titular e Socorro - 595 suplente; d) Jaguariúna - titular e Santo Antônio de Posse - suplente; e) Holambra - titular e Artur Nogueira - suplente; f) Pedreira - titular e Bragança Paulista - 600 suplente; g) Louveira - titular e Vinhedo - suplente; h) Elias Fausto - titular e Mombuca - suplente; i) Santa Gertrudes - titular e Ipeúna - suplente; j) Rio Claro - 605 titular e Analândia - suplente; l) Hortolândia - titular e Sumaré - suplente; m) Santa Bárbara D'Oeste - titular e Saltinho - suplente; n) Piracicaba - titular e Nova Odessa - suplente; o) Charqueada - titular e Americana - 610 suplente; p) Várzea Paulista - titular e Indaiatuba - suplente; q) Jundiá - titular e Salto - suplente; r) Campo Limpo Paulista - titular e Mairiporã - suplente. Informou ainda, que dos 17 municípios com direito a voto no Comitê Estadual, 8 foram escolhidos para 615 participarem do Comitê Federal, relatando os titulares que, automaticamente, levam os respectivos suplentes, já indicados: a) Piracicaba; b) Hortolândia; c) Limeira; d) Pedreira; e) Campo Limpo Paulista; f) Campinas; g) Santa Gertrudes e h) Louveira. Informou os municípios 620 mineiros: a) Itapeva - titular e Extrema - suplente; b) Camanducaia - titular e Itapeva - suplente. Informou que ficou faltando a indicação de Minas Gerais para a CT-PL. A indicação dos municípios de Minas Gerais para o cargo de 2º vice-presidente do Comitê Federal é 625 do prefeito de Extrema, sr. Sebastião Antonio Camargo Rossi. A indicação dos municípios na CT-PL foi: a) uma vaga para os municípios mineiros, a consultar; b) Jaguariúna, com respectivo suplente; c) Holambra, com respectivo suplente; d) Rio Claro, com respectivo 630 suplente; e) Charqueada, com respectivo suplente; e f) Várzea Paulista, com respectivo suplente. Como representante das Bacias PCJ no CRH foram eleitos: a) titular: o prefeito de Piracicaba, Barjas Negri, e como suplente o prefeito de Saltinho, Wanderlei Moacyr 635 Torrezam. Para o CONESAN foram indicados: como titular, o prefeito de Santa Bárbara D'Oeste e como suplente o prefeito de Campinas, Hélio de Oliveira. Como representante no Fórum Paulista de Comitês, o 640 prefeito José Roberto Tricoli como suplente e o prefeito

635 de Limeira, Silvio Félix, como titular. Em seguida, o sr. Moretti passou a palavra ao Prefeito Tricoli, eleito presidente dos Comitês PCJ, que cumprimentou a todos e agradeceu o espírito elevado que todos os prefeitos e representantes de prefeituras tiveram nessa composição 640 que levou seu nome à presidência. Sem outras manifestações, foi colocada em votação a minuta de Deliberação Conjunta nº 021/2005, que elege e dá posse às Diretorias dos Comitês PCJ 2005/2007 e representantes para comporem a CT-PL, e indica os 645 representantes no CRH, no CONESAN e no Fórum Paulista de Comitês de Bacias, com as indicações feitas, sendo aprovada por unanimidade. **5.9. Proposta de criação da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-RURAL) - Minuta de Deliberação Conjunta 022/2005:** O sr. 650 Tricoli, presidente dos Comitês PCJ, apresentou a minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 022/05, com a proposta de criação da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural, denominada CT-RURAL. Sem considerações, colocou 655 em processo de votação a minuta de Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 022/2005, sendo aprovada por unanimidade na forma apresentada. **6. Outros assuntos:** O sr. José Roberto Tricoli passou a 660 palavra para a mesa para as últimas considerações e outros assuntos. Não houve manifestações. **7. Encerramento:** Com a palavra o representante do CIESP de Jundiá, anfitrião desta reunião, agradeceu a todos e mencionou que a grande importância do Comitê 665 PCJ pode ser medida pelo grau de participação nesta reunião, onde de 63 municípios que compõem as bacias PCJ, estiveram presentes prefeitos e representantes de 57 municípios. Lembrou que o desafio da gestão passada foi a renovação da outorga do Sistema Cantareira e o desta gestão será a criação da agência de 670 bacias e a implantação da cobrança pelo uso da água, por isso todos têm que trabalhar em conjunto. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, José Roberto Tricoli, agradeceu a presença de todos, em especial ao Prefeito de Jundiá e aos representantes do CIESP pela acolhida, aos membros e convidados dos Comitês PCJ, e deu por encerrada a reunião. 675

LUIZ ROBERTO MORETTI
Secretário-executivo
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

JOSÉ ROBERTO TRICOLI
Presidente
CBH-PCJ e PCJ FEDERAL

SEBASTIÃO ANTONIO CAMARGO ROSSI
2º Vice-presidente do PCJ FEDERAL

EDUARDO LOVO PASCHOALOTTI
Vice-presidente do CBH-PCJ e
1º Vice-presidente do PCJ FEDERAL